

LISTA DE QUESTÕES

1. FUNDATEC - Pref Rondinha/2018) O sistema de controle interno dos órgãos públicos tem como objetivo, EXCETO:

- a) Avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta.

2. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) O Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas visa orientar a Administração, preservando os interesses da Instituição e prevenindo a ocorrência de irregularidades, por intermédio do acompanhamento contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, consubstanciado na aplicação das técnicas de trabalho desenvolvidas no âmbito de cada unidade.

Assinale a alternativa que esteja em desacordo com as finalidades básicas do Sistema de Controle Interno:

- a) Aperfeiçoamento da gestão das unidades organizacionais, nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento de suas atribuições.
- b) Acompanhamento e avaliação do cumprimento da programação das atividades e projetos, com vistas a comprovar a conformidade de sua execução.
- c) Salvar os passivos contra desvios, perdas e desperdícios.
- d) Fazer cumprir as obrigações de accountability.

3. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018) À luz da NBC T 16.8, que estabelece referenciais à contabilidade aplicada ao setor público, notadamente no que diz respeito ao controle interno como suporte do sistema de informação contábil, NÃO se apresenta como finalidade do controle interno:

- a) Salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
- b) Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
- c) Disponibilizar mecanismos de controle de gestão que objetivem a alteração comportamental e estrutural da entidade auditada.
- d) Contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade.

e) Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

4. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018) Sobre a Auditoria Interna Governamental, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

b) Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

c) A atividade dessa auditoria tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

d) Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar de forma regular e alinhada ao interesse público. Para tanto, devem exercer o controle permanente sobre seus próprios atos, considerando o princípio da autotutela.

e) É responsabilidade da alta administração das organizações públicas, em prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas nos seus respectivos âmbitos de atuação, o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

5. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018) Sobre as chamadas "linhas de defesa" da estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública, analise as seguintes assertivas:

I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

II. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.

III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e III.



- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

6. COPESE UFPI - ALEPI/2020) Analise as afirmações que tratam sobre o controle interno na Administração Pública brasileira e marque a afirmação INCORRETA.

- a) É finalidade do controle interno auxiliar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b) Por controle interno entende-se o controle administrativo direto exercido por órgão formalmente inserido na estrutura administrativa, que pode ser realizado de forma prévia, concomitante ou a posteriori.
- c) O controle interno restringe-se, tão somente, ao controle orçamentário e legal.
- d) A Controladoria Geral da União atua como órgão central das funções de controle interno, correição, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção.
- e) A ação de controle interno encontra-se inserida, organicamente, em toda Administração Pública brasileira.

7. INAZ do Pará - CORE PE/2019) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. São finalidades do controle interno no âmbito constitucional, exceto:

- a) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, o Estado, ao Distrito Federal ou o Município.

8. CEV UECE - Pref Sobral/2019) Segundo o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as técnicas de controle são as seguintes:

- a) auditoria e inspeção.
- b) inspeção e monitoramento.
- c) monitoramento e fiscalização.
- d) fiscalização e auditoria.

9. VUNESP - Pref Campinas/2019) O Município de Campinas, por meio da Lei Complementar nº 202/2018, instituiu o Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal direta e indireta. A respeito desse tema, é correto afirmar que

- a) a sistematização do controle interno, na forma estabelecida nessa lei, substituiu os controles próprios existentes no âmbito da Administração Pública municipal, bem como o controle administrativo inerente a cada área.
- b) compete exclusivamente às unidades setoriais de controle interno da Administração direta, em seu âmbito de atuação, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- c) é garantida aos servidores integrantes do Sistema de Controle Interno a estabilidade no cargo efetivo, sempre que no curso de auditoria, ainda que antes de completados 3 (três) anos de efetivo exercício.
- d) estão sujeitas ao Sistema de Controle Interno as entidades de direito privado localizadas no Município de Campinas, ainda que não sejam beneficiárias de convênios, auxílios, renúncias e subvenções ou qualquer outro instrumento de repasse de recursos do Município.
- e) o controle interno processar-se-á nas modalidades de prestação de contas, tomada de contas, auditoria, fiscalização.

10. FURB - CM Pomerode/2019) Sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, assinale a alternativa correta:

- a) A fiscalização será exercida exclusivamente pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- b) O Prefeito Municipal somente encaminhará à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado as contas do Município quando houver requisição pela Mesa Diretora da Câmara ou da presidência do Tribunal de Contas.
- c) Apresentadas as contas pelo Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara as colocará, pelo período máxi-mo de dez dias, à disposição de qualquer contribuinte residente no Município para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
- d) Essa fiscalização será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle interno da mesma, controle interno do Executivo e pelos sistemas de controle externo, instituídos em lei. Já o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- e) O controle interno no âmbito municipal é mantido de forma integrada pelos Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, cabendo a este último, por meio do Tribunal de Contas do Estado, julgar as contas prestadas pelo Poder Executivo.

11. CEBRASPE (CESPE) - Pref João Pessoa/2018) De acordo com o art. 74 da Constituição Federal de 1988 (CF), os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com algumas finalidades. Nesse sentido, julgue o item a seguir, a respeito da governança no setor público.

Aos controles internos compete verificar a utilização dos recursos públicos, mas estão dispensados de analisar recursos administrados por entidades de direito privado, como é o caso de parcerias público-privadas, em que há aplicação de recursos públicos e privados.

Certo

Errado

12. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) Assinale a alternativa que não se refere aos princípios de controle interno:

- a) Segurança Efetiva.
- b) Segurança Razoável.
- c) Competência.
- d) Comprometimento

13. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) O somatório das atividades de controle exercidas no dia-a-dia em toda a organização para assegurar a salvaguarda dos ativos, a eficiência operacional e o cumprimento das normas legais e regulamentares é chamado de:

- a) Controle.
- b) Controle Interno.
- c) Sistema Organizacional.
- d) Sistema de Controle Interno.

14. FUNDATEC - GRAMADOTUR/2019) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como finalidades básicas:

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Orçamentário, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito público.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Ministério Público.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) O aperfeiçoamento da gestão pública nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas.

15. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) Assinale a alternativa que esteja em desacordo com a composição do Núcleo de Controle Interno – NCI:

- a) Os integrantes do Núcleo de Controle Interno - NCI, com conhecimentos técnicos inerentes às funções a serem desempenhadas, serão designados pelo Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas e contarão com a infraestrutura necessária para o regular desempenho de suas atribuições.
- b) Compete ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas disponibilizar toda a infraestrutura necessária ao perfeito funcionamento do Sistema de Controle Interno.
- c) Integram o Núcleo de Controle Interno - NCI - servidores titulares de cargo de provimento efetivo e estáveis do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.
- d) Ao servidor do Núcleo de Controle Interno - NCI - compete exclusivamente o exercício das atividades de controle interno.

GABARITO

1. E

2. C

3. C

4. E

5. E

6. C

7. E

8. D

9. E

10.D

11.ERRADO

12.A

13.D

14.D

15.B